

O que nos faz pensar... Paulo Freire?¹

What makes us think... Paulo Freire?

Resumo

O presente texto procura considerar as contribuições de Paulo Freire para pensar o ensino de filosofia no Brasil. Após uma breve reflexão sobre o título do periódico que acolhe o dossiê, ele situa a posição em que foi colocado Paulo Freire no presente contexto político brasileiro bem como algumas críticas acadêmicas à Pedagogia do Oprimido. A seguir oferece possíveis contribuições de Paulo Freire para pensar o ensino de filosofia em três tópicos: a) o papel do professor (ou professora); b) a relação com a vida; c) a posição da infância e algumas considerações finais.

Palavras-chave: Paulo Freire; papel do professor; vida; infância

Abstract

The present text seeks to consider Paulo Freire's contributions to think about the teaching of philosophy in Brazil. After a brief reflection on the title of the periodical that receives the dossier, it situates the position in which Paulo Freire was placed in the present Brazilian political context as well as some academic criticism to the Pedagogy of the Oppressed. Then, it offers possible contributions of Paulo Freire to think the teaching of philosophy in three topics: a. The role of the teacher; b) the relationship with life; c) the position of childhood and some final considerations.

Key-words: Paulo Freire, role of the teacher; life; childhood

1 Algumas partes do presente texto estão publicadas, numa versão aqui revista, no livro, de minha autoria, *Paulo Freire, mais do que nunca*. Uma biografia filosófica, foi recentemente publicada (Belo Horizonte: Vestígio, 2019).

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: wokohan@gmail.com.

“O que nos faz pensar” é um título convidativo, aberto, sugestivo. Chama a atenção o singular. Chama a atenção, também, que seja uma afirmação e não uma pergunta. “O que nos faz pensar” nos faz pensar. O próprio título consagra-se a si mesmo, porque faz pensar numa tradição de pensamento peculiar e, mais especificamente, em alguns nomes: M. Heidegger e H. Arendt, autora que tinha razão ao dizer: o pensar diz respeito à *condição humana*, não se restringindo a um estado fixo, mantém-se “em aberto”, abre caminhos no pensamento.

Façamos um exercício simples: “o que” em “O que nos faz pensar” poderia ter pelo menos duas funções sintáticas: a) poderia ser sujeito ou objeto do fazer pensar; ou b) poderia ter o valor, em termos aristotélicos, de uma causa eficiente ou final do fazer pensar. É significativo o “fazer” pensar que também tem mais de um valor: possibilidade, necessidade, urgência, sentido... Não é menos significativo o “nos”, que poderia não estar declinado, mas que com sua presença marca um sujeito plural, coletivo, comunitário. A expressão tem também o valor de deixar suspenso o pensamento, como esperando um complemento, um sentido, um impulso para pensar.

Enfim, nos valemos dessa suspensão e preenchemos esse lugar depois das reticências... Fizemos do título da revista uma pergunta que especifica, através de um nome, uma oportunidade para pensar: Paulo Freire.

Por que em particular Paulo Freire para mover o pensamento? A pensar essa pergunta dedicamos o presente texto. Poderíamos começar por outra pergunta: o que nos faz pensar um convite para escrever sobre o ensino de filosofia? Para responder a esta pergunta precisamos situarmo-nos, no espaço e no tempo em que pensamos. O que nos faz pensar esse convite, no Brasil, no Rio de Janeiro, no início do ano de 2019?

Estamos escrevendo em janeiro de 2019. Há pouco tempo temos um novo presidente no Brasil. Também temos um novo governador no Rio de Janeiro. Ambos eleitos pelo voto. Pensemos no âmbito nacional: o ex-capitão Jair Bolsonaro afirma na parte tocante à educação do seu programa de governo: “a necessidade de mudar o método de gestão, modernizar o conteúdo, o que inclui a alfabetização, “expurgando a ideologia de Paulo Freire” (BOLSONARO, 2018, p. 46). O expurgo de uma ideologia sustenta-se em outra: a meritocracia.

A pretensão surpreende a muitos. Fora do país, onde teve oportunidade de apresentar em diversos contextos essa situação, a impressão é sempre a mesma: como assim, expurgar a ideologia de Paulo Freire da educação brasileira? Nada menos que Paulo Freire? O mesmo que escreveu o terceiro livro mais citado do mundo das ciências sociais, segundo uma pesquisa no Google

Scholar²? Aquele que tem o grupo de trabalho mais numeroso e produtivo da *American Educational Research Association* (AERA)³? O que recebeu o título de *honoris causa* de Universidades em cinco continentes? Um dos poucos brasileiros, senão o único, a constar em programas de filosofia da educação de universidades mundo afora?

Como assim, “expurgar a ideologia de Paulo Freire”? Vejamos um pouco do histórico da pretensão. Em abril de 2012, o Governo Federal de Dilma Rousseff promulga a Lei 12612 que declara Paulo Freire o patrono da educação brasileira. Não são muito claros os efeitos concretos dessa Lei nas escolas, mas seu valor simbólico provocou uma forte reação. Antes, vejamos, no Portal do Ministério da Educação, os fundamentos da citada Lei:

Em sua obra mais conhecida, A Pedagogia do Oprimido, o educador propõe um novo modelo de ensino, com uma dinâmica menos vertical entre professores e alunos e a sociedade na qual se inserem. O livro foi traduzido em mais de 40 idiomas.

A primeira parte, pelo menos, é muito discutível. Não é precisamente um modelo de ensino o que está em jogo em *A pedagogia do oprimido*. Em vez disso, trata-se de uma crítica aos fundamentos políticos do que ali se nomeia como educação bancária e a afirmação de uma nova política para a educação, sem opressores nem oprimidos. A educação bancária é o “inimigo” de Paulo Freire: um modelo unilateral de transmissão pedagógica que desconsidera os saberes dos educandos e consolida uma relação econômica, social, cultural e política opressiva, não permite aos oprimidos desenvolver sua vocação ontológica por serem mais do que estão sendo. O que está em jogo não é um modelo de ensino, mas uma lógica da relação pedagógica que extrapola as instituições de ensino, na medida em que invade as relações de poder exercidas em diversos âmbitos e instituições do campo social.

Seja como for, para muitos educadores e educadoras, em especial os que trabalham com os setores mais excluídos, trata-se de um simples ato de

2 Pesquisa de Elliot Green em: <http://blogs.lse.ac.uk/impactofsocialsciences/2016/05/12/what-are-the-most-cited-publications-in-the-social-sciences-according-to-google-scholar/> Acesso em 2 de novembro de 2017.

3 Ver FISCHMAN, G. E.; SALES, S. R.; PRETTI, E. L. Para além das métricas simplistas na pesquisa educativa. As lições da contínua relevância e impacto freiriano. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 47, p. 23-40, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n47.10752> A ref. é da p. 30.

justiça na medida em que reconhecem em Paulo Freire uma figura central na transformação da educação e, com ela, da sociedade brasileira. Paulo Freire é reconhecido no Brasil e no mundo inteiro: além dos mais de quarenta títulos *honoris causa*, oferecidos por universidades dos cinco continentes, certamente muitos países, inclusive do chamado primeiro mundo, adorariam ter Paulo Freire como patrono de sua educação. Ao contrário, aqui no Brasil, diversos movimentos como *Brasil Livre*, *Revoltados Online* e *Escola sem Partido* pretendem derrubar a medida, com o Presidente da República à cabeça.⁴

O movimento “Escola sem Partido” ganhou força a partir do *impeachment* da Presidente Dilma em agosto de 2016, conseguindo em alguns estados, aprovar “leis contrárias à liberdade de ensinar”⁵ e, ao compasso do movi-

4 No ano de 2017 circula uma ideia legislativa no Senado Nacional para revogar a citada Lei. Após juntar rapidamente mais de vinte mil assinaturas, a ideia se transforma em sugestão legislativa (SUG 47/2017) em novembro de 2017. Na justificativa da ideia, afirma-se que “Paulo Freire é considerado filósofo (sic) de esquerda e seu método de educação (sic) se baseia na luta de classes, o socio construtivismo (sic) é a materialização do marxismo cultural, os resultados são catastróficos e tal método (sic) já demonstrou (sic) em todas as avaliações internacionais que é um fracasso re-tumbante”. As erratas na digitação correspondem ao original que está na página do Senado Federal. Na aba “mais detalhes” aparece acrescentado: “O professor Pierluigi Piazzi já, assim alertava para o fracasso do método e vemos na prática o declínio da educação brasileira, não é possível manter como patrono da nossa educação o responsável pelo método que levou a educação brasileira para o buraco”. O texto aparece dessa forma, com erros de ortografia, digitação, falta de acentos etc. Como se pode constatar, além dos erros de digitação que apresenta, o argumento é completamente falacioso e reducionista. É falacioso por *ad hominem*, ou seja, supõe que basta a nomeação de alguém como “filósofo de esquerda” para desqualificá-lo. Reduz Paulo Freire a um método que, por outro lado, é verdade que se baseie na luta de classes, razão pela qual Paulo Freire recebeu muitas críticas de diversos marxistas (cf., por exemplo, FREIRE, 1997, p. 46). Confunde Paulo Freire com o socioconstrutivismo e o marxismo cultural e refere-se a supostas avaliações internacionais negativas inexistentes. Enfim, uma aberração linguística e conceitual, já que além de vários erros de português expõe uma pobreza conceitual imprópria tratando-se de uma figura educacional da maior relevância. De qualquer forma, a sugestão é debatida pela comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que a recusa em 14 de dezembro de 2017 por considerá-la “fruto da ignorância sobre o legado do educador”. Desse modo, a sugestão é arquivada e Paulo Freire continua sendo, pelo menos pela letra da Lei e até novo aviso, o patrono da educação brasileira.

5 Mesmo sem força legal, o projeto se espalha pelo país granjeando vários adeptos, mas também mobilizando protestos e tensionamentos, desde instâncias públicas até um grande contingente de docentes e estudantes de todos os níveis de ensino. Dentre as primeiras, destaca-se a Advocacia Geral da União (AGU), que emitiu parecer ao Supremo Tribunal Federal defendendo a inconstitucionalidade da Lei aprovada no Estado de Alagoas em 2016, revogando-a; além dessa, outras instâncias emitiram pareceres contrários à ideia do ESP, tais como a Procuradoria Geral da República; o Ministério Público Federal, por meio da Promotoria Federal dos Direitos do Cidadão; o Conselho Nacional de Direitos Humanos; o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que tratou os Projetos de Lei promovidos pelo Movimento como ameaças aos direitos humanos básicos; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que o considera uma grave ameaça às ciências, à educação, ao estado laico e à liberdade de expressão no Brasil; além de diversas associações de professores de educação básica e superior, e de reitorias de universidades federais. Em 2016, mobilizações estudantis ocuparam instituições de ensino em protesto contra

mento, a educação brasileira retrocede, particularmente em questões cruciais para o pernambucano, como a gestão democrática, a formação de professores e o combate ao analfabetismo. Paulo Freire continua sendo patrono de uma educação cada vez menos inspirada nele.

Algumas críticas acadêmicas

A pedagogia do Oprimido é a obra mais conhecida e lida de Paulo Freire. A edição brasileira já passou da cifra incomum de 60 edições e está traduzida em mais de quarenta línguas (FREIRE, 2018). É um livro polêmico que desde o início despertou muita admiração, mas também muitas críticas. Algumas delas, o próprio Paulo Freire recolhe na *Pedagogia da Esperança* (1994/1992), escrito vinte anos depois. Algumas críticas são internas, próprias de quem compartilha um ideário e procura se inscrever nele. É o caso das feministas norte-americanas, às quais Paulo Freire é sensível e opera uma mudança na sua linguagem machista...

Em Pernambuco, estado natal de Freire, o professor da Universidade Federal de Pernambuco Flávio Brayner (2011) faz uma leitura crítica interessante da *Pedagogia do Oprimido*. Reconhece nela alguns aportes promissores (o central seria a forma em que, pela primeira vez, o problema da educação – no caso, superar a opressão – deixa de ser considerado um problema externo ao sujeito ou do mundo e passa a ser considerado um problema a ser trabalhado consigo mesmo), mas a considera falha no mesmo quesito que falha toda a pedagogia moderna libertária ou emancipadora: a) como definir a opressão; b) supor que as pessoas querem de fato liberar-se do que essa pedagogia define como opressão (BRAYNER, 2011, p. 42). Brayner, por outro lado, considera obsoletas as ideias de *A pedagogia do oprimido*: a fábrica já não é o centro do social, mas o shopping e o sonho das pessoas hoje é consumir. Se antes interessava desvelar as aparências, agora só importa viver nas aparências, aparecer. Brayner está certo. Realmente a *Pedagogia do Oprimido* é, em muitos sentidos, obsoleta. Escrita para outro tempo, com referenciais teóricos de certo modo conflitantes entre si. Uma obra potente, inspiradora, engajada, mas também com limitações e muito marcada pelo seu tempo.

esse Projeto de Lei, chamando-o de “Lei da Mordaça”. Ainda no que se refere à resistência, destaca-se a atuação do *Movimento Professores Contra o Escola sem Partido*, criado por docentes da área da educação da Universidade Federal Fluminense, bem como a *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*, coordenada por Daniel Cara.

Menos feliz é a crítica do professor da Universidade Federal de Santa Maria, Ronai Rocha, que conecta também o estado deplorável da educação brasileira à figura de Paulo Freire (ROCHA, 2017). Rocha diz ter descoberto que a principal obra de Freire, *Pedagogia do Oprimido*, e algumas categorias ali afirmadas são vistas não apenas para entender um período histórico, mas como “conceitos ainda operacionais” (*ibidem*). E considera que isso acontece porque, de fato, o livro “já não é mais lido, ou melhor, é lido contra ele mesmo”.

Aparentemente motivado pela leitura descontextualizada e ahistórica da obra de Freire, Rocha ocupar-se-ia de nos dizer como deveríamos lê-la. Tratando-se de um filósofo profissional, não surpreende esta pretensão de tirar os leitores de Paulo Freire da caverna. A luz, pelo subtítulo, (“questionando Paulo Freire”) viria de uma abordagem, digamos, filosófica, iluminadora, ao mesmo tempo que cheia de questionamentos. O projeto parece louvável, dado o contexto atual já apresentado.

A descoberta principal de R. Rocha seria que a *Pedagogia do Oprimido* não é um livro de Pedagogia porque não diz respeito em especial à escola, senão ao dirigismo revolucionário de muitos intelectuais e partidos dos anos 1970 (ROCHA, 2017, p. 67-9). E, se pudesse ser aplicado a alguma pedagogia, deveria ser apenas considerado para a alfabetização de adultos, não para os níveis iniciais de ensino, como acabou sendo (*ibid.*, p. 72). Rocha acompanha essa “descoberta” com uma série de repreensões a Paulo Freire: a) deixa de fora das atividades relevantes para aprender “o ato de prestar atenção ao que alguém nos diz, o acolhimento e a guarda disso” (*ibid.*, p. 71); b) “dispensa o papel da memória e do testemunho” (*ibidem*); c) compreende de “forma enviesada” o conhecimento proposicional (*ibid.*, p. 74); d) oferece “uma descrição simplificada do conhecimento humano, feita em favor de uma causa de época” (*ibid.*, p. 71). Tudo isso a partir de curtíssimos trechos da *Pedagogia do Oprimido* em que Paulo Freire não desconsidera ou invalida essas atividades *per se*, mas apenas as problematiza como instâncias do que denomina uma educação bancária.

Assim, o resultado que Rocha oferece é decepcionante: a sua “descoberta” a respeito da *Pedagogia do Oprimido* já tinha sido apresentada pelo próprio Paulo Freire, algo mais de vinte anos atrás. Leiamos:

Criticar a arrogância, o autoritarismo de intelectuais de esquerda ou de direita, no fundo, da mesma forma reacionários, que se julgam proprietários, os primeiros, do saber revolucionário, os segundos, do saber conservador; criticar o comportamento de universitários que pretendem conscientizar trabalhadores rurais e urbanos sem com eles se conscientizar também;

criticar um indisfarçável ar de messianismo, no fundo ingênuo, de intelectuais que, em nome da libertação das classes trabalhadoras, impõem ou buscam impor a “superioridade” de seu saber acadêmico às “incultas massas”, isto sempre fiz. E disto falei quase exaustivamente na Pedagogia do oprimido. (FREIRE, 2014/1992, p. 110)

P. Freire afirma, em 1992, que faz o que R. Rocha diz pretender alertar-nos em 2017: criticar o dirigismo intelectual dos anos 1970, tanto por parte de revolucionários como de conservadores. Em parte, Rocha tem razão: Paulo Freire escreveu a *Pedagogia do Oprimido* não pensando nas escolas, mas em certo messianismo dos intelectuais conscientizadores dos anos 1970, como o próprio Paulo Freire já diz faz 25 anos. Mas as implicações dessa crítica são outras: justamente pelo que elas sinalizam, é muito significativo repensar o que se faz desde a pré-escola, e também por isso a *Pedagogia do Oprimido* é mais do que pertinente para a escola desde os seus primeiros níveis:

Ensinar um conteúdo pela apropriação ou a apreensão deste por parte dos educandos demanda a criação e o exercício de uma séria disciplina intelectual a vir sendo forjada desde a pré-escola. Pretender a inserção crítica dos educandos na situação educativa, enquanto situação de conhecimento, sem essa disciplina, é espera vã. (Ibid., p. 42)

Não há oposição entre os dois campos de aplicação da *Pedagogia do Oprimido*. Ao contrário, justamente pelo fato de ter sido escrita contra certo dirigismo intelectual, ela é completamente pertinente para a formação escolar. Mais ainda, essa formação demanda uma educação problematizadora, e não bancária, porque justamente esses intelectuais pseudoprogressistas são a melhor expressão do que produz uma educação bancária, de direita ou de esquerda. É preciso, portanto, outra educação escolar, desde a pré-escola, que crie e exercite essa “séria disciplina intelectual” dos futuros formadores.

Consideremos um dos poucos trechos da *Pedagogia do Oprimido* que Rocha transcreve e analisa:

A prática problematizadora, pelo contrário, não distingue estes momentos no quefazer do educador-educando. Não é sujeito cognoscente em um e sujeito narrador do conteúdo conhecido em outro. É sempre um sujeito cognoscente, quer quando se prepara, quer quando se encontra dialogicamente com os educandos. (FREIRE, 1974, p. 79, grifos no original)

O pequeno trecho é antecedido pela seguinte afirmação de Rocha: “Mas não há clareza na caracterização da educação libertadora, pois ela é apresentada pela via negativa” (ROCHA, 2017, p.71). Pois é, o trecho corresponde ao capítulo dois do livro, sobre a concepção bancária da educação, pelo que parece mais do que lógico e, mais ainda, considerando a posição dialética de P. Freire de que ali a educação libertadora seja apresentada pela via negativa em oposição à educação bancária. Vamos, contudo, à “análise” de Rocha: “Uma tradução possível para essa passagem obscura é a seguinte: não há uma distinção essencial entre educador e educando e *ninguém educa ninguém*.” (*ibidem*). A tradução, embora possível, violenta o texto, que não parece tão obscuro e é repetido muitas vezes na *Pedagogia do Oprimido*: ambos, educador e educando, e não apenas um, são sujeitos do conhecimento; não há um conhecedor e um aprendiz/narrador do conhecimento do outro; não há educação libertadora sem considerar o educando sujeito do conhecimento tanto quanto o educador. Que ambos sejam sujeitos de conhecimento não significa que não exista “distinção essencial entre eles”. Mais, a frase “ninguém educa ninguém” aparece tirada do seu contexto e interpretada por Rocha no sentido de que “é de bom senso pensar que não cabe a um adulto educar outro” (*ibidem*). O que não parece de “bom senso” é a leitura reducionista que acaba inspirando o título do livro de Rocha. A frase completa, bastante conhecida por sinal de Paulo Freire, está nessa mesma página e diz:

“Já agora ninguém educa ninguém, como também ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos.” (FREIRE, 1974, p. 79)

Na educação problematizadora ninguém educa ninguém, seguindo uma lógica bancária, qual seja, a do educador que deposita em sujeitos passivos seus conhecimentos. Os educadores e educandos se educam em diálogo. O que não significa que os saberes tenham todos o mesmo valor ou que os educadores não tenham um papel específico nessa prática dialógica. De qualquer modo, mais uma vez parece que Paulo Freire já tinha ouvido essa crítica faz bastante tempo:

Uma dessas maneiras de fazer a crítica à defesa que venho fazendo dos saberes de experiência feitos que, não raro ainda se repete hoje, para legítimo espanto meu, é a que sugere ou afirma que, no fundo, proponho dever

ficar o educador girando, com os educandos, em torno de seu saber de senso comum, cuja superação não seria tentada. E conclui vitoriosa a crítica deste teor sublinhando o óbvio fracasso desta ingênua compreensão. Atribuída a mim – a da defesa do giro incansável em torno do saber do senso comum. Na verdade, contudo, jamais afirmei ou sequer insinuei tamanha “inocência”. O que tenho dito sem cansar, e repito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos a centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. (FREIRE, 2017/1996, p. 44)

O trecho é da *Pedagogia da autonomia* em que, ao dizer de E. Lyra, Paulo Freire “é mais filosófico do que nunca” (LYRA, 2016, p. 217). Ali busca delinear o específico dos saberes docentes com nada menos que vinte e sete exigências para ensinar. Criticar Paulo Freire parece fácil e virou moda. Infelizmente não é moda lê-lo com certo cuidado. É claro que *Pedagogia do Oprimido* é um texto datado, limitado e com muitos problemas. Porém, a partir de uma leitura ligeira de algumas poucas passagens dessa obra, impugnar uma obra ou um nome simbolicamente tão importante no momento atual é no mínimo (filosófica, educacional e politicamente) infeliz.

O que nos faz pensar?

Deixemos as críticas e os críticos. Retomemos nossa pergunta inicial: o que nos faz pensar? O que nos faz pensar... Paulo Freire? Mudemos a pergunta levemente: o que Paulo Freire nos dá a pensar sobre a ultra repetida “crise” da educação brasileira? O que nos faz pensar nesse momento em que seu pensamento é colocado como inimigo pelos que não parecem precisamente estar do lado do pensamento? Aliás, por que tanta necessidade de atacar alguém morto há mais de vinte anos e de fato pouco presente na educação brasileira? O que de específico Paulo Freire pode nos ajudar a pensar em relação com o ensino de filosofia, tema do presente dossiê?

Antes, alguns esclarecimentos. Como sabemos – e sei o quão perigosas são essas expressões: “como sabemos”, “ensino de filosofia”, podendo significar muitas coisas, por exemplo (a lista não é exaustiva): a) o ensino de uma disciplina (escolar ou universitária); b) uma forma ou dimensão dos professores e professoras de qualquer disciplina ensinarem (ensino “filosófico”); c) uma possibilidade de educadores e educadoras em geral se tornarem “ensinantes

de filosofia” ou educadores e educadoras filósofos / filósofas (ou filosóficos / filosóficas). A lista poderia continuar, com as variações a que a própria palavra filosofia poderia dar lugar. O que apresentaremos a seguir tem a pretensão de se referir a todas essas dimensões, ou a qualquer uma delas. Organizaremos a apresentação em três pontos: a) o papel do educador ou educadora; b) a relação com a vida; c) a posição da infância. Apresentaremos brevemente cada um desses pontos mostrando o aporte de Paulo Freire para pensá-los. Finalmente, tiraremos alguns desdobramentos do trabalho, recuperando a preocupação inicial a respeito de por que ainda hoje Paulo Freire gera, em certos setores conservadores da sociedade brasileira, o desejo de ser expurgado.

a. O papel do professor (ou professora)

A natureza política ou não do papel de quem ensina (filosofia) está hoje na crista da onda. Consideramos que a apoliticidade ou neutralidade da tarefa educativa é difícil de ser defendida. Para notar o caráter político dessa tarefa poderíamos ir até bem antes de Paulo Freire: até os antigos gregos. Todos dizem isso, desde Heráclito, Sócrates, Platão, Aristóteles: a educação faz parte da politicidade do ser humano, de seu caráter de habitante de uma *pólis*. Sem *pólis* não há educação, filosofia, nada. Sócrates, um educador na filosofia, que o diga: antes morrer que uma vida sem *pólis* e sem filosofia.

O que de interessante e específico faz pensar Paulo Freire sobre a politicidade da educação? Paulo Freire diz muitas e diversas coisas sobre a politicidade da educação. Poder-se-ia até resumir nesse caráter da educação sua preocupação principal, quase obstinação. Aqui seremos seletivos. Tomaremos dois aspectos entre tantos envolvidos e sinalizados pelo pernambucano. Não são os únicos nem necessariamente os mais destacados. Mas são os que, talvez, nos podem fazer pensar o que nos interessa pensar no presente texto.

Destacaremos, então, dois aspectos dessa dimensão política. O primeiro tem a ver com um cuidado pelos que estão fora, os excluídos (e excluídas), os oprimidos (e oprimidas), os esfarrapados (e esfarrapadas) do mundo ou qualquer outro nome que se prefira. Chamaremos esse cuidado de “nenhum a menos”. “Nenhum a menos” é o título de um filme chinês, de Zhang Yimou (NENHUM A MENOS, 1999)⁶. A história é de uma menina de 13

6 Silva e Nascimento (2017) fazem uma resenha do filme e um interessante paralelo com *A pedagogia da autonomia* de Paulo Freire (FREIRE, 2017/1996).

anos que durante um mês precisa substituir seu professor para cuidar das crianças da única sala da pequena e pobre escolinha de seu vilarejo. Nenhum dos alunos pode sair da escola até seu professor voltar. Nenhum fora da escola. Nenhum fora. Nenhum. Uma sociedade onde alguém fica fora da escola (ou sem educação quando ela é feita fora da escola, como muitas vezes no campo popular) é uma sociedade deseducada. Eis a tarefa política de um educador ou educadora: ninguém pode ficar fora. No caso específico de alguém que ensina em nome da filosofia, de um professor de filosofia ou de um educador filosófico, ninguém pode ficar fora desse trabalho do pensamento que chamamos filosofia.

O segundo aspecto da politicidade da educação diz que o mundo está aberto, que a história não terminou, que as coisas sempre podem ser de outra maneira diferente de como estão sendo atualmente. Em diversos momentos, Freire apontou para uma política de crítica ao estado de coisas e de abertura para um mundo possível, por construir. Por exemplo, num dos seus livros falados, com I. Shor, deixa muito clara essa postura sobre o compromisso político de um educador dialógico:

Na perspectiva libertadora, o professor tem o direito, mas também o dever de contestar o status quo, especialmente no que diz respeito às questões da dominação de sexo, raça ou classe. O que o educador dialógico não tem é o direito de impor aos outros sua posição. Mas o professor libertador nunca pode se calar a respeito das questões sociais, não pode lavar as mãos em relação a esses problemas. (FREIRE; SHOR, 1986, p. 106)

Eis o que parece o compromisso político principal: contestar o estado de coisas no que elas têm de dominante, opressivo, desigual. Não se calar jamais. Não se lavarem as mãos. Sujar-se, como o próprio Paulo Freire sujou-se repetidas vezes para alçar sua voz contra as barbaridades do estado de coisas ou para administrar um sistema de educação complexo e difícil como o do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina. Porém, problematizar o mundo vivido não significa já ter um outro mundo pronto para se colocar no lugar. O caráter problematizador de um professor de filosofia ou educador filosófico comporta afirmar o estado em aberto do mundo comum, da vida compartilhada socialmente. O mundo sempre pode ser de outra maneira. Ajudar a percebê-lo é tarefa política de uma educação filosófica.

b. A relação com a vida

O que nos faz pensar Paulo Freire em relação ao ensino de filosofia diz respeito também a uma tradição do que significa propriamente filosofia, do que pressupomos que ela seja quando dizemos que a ensinamos. Paulo Freire se inscreve numa tradição em que a filosofia é entendida mais como um modo de vida que como uma atividade intelectual. Temos trabalhado a leitura que M. Foucault faz nos seus últimos cursos no *Collège de France* da figura de Sócrates (KOHAN, 2009), mostrando que essa tradição nascida com Sócrates em Atenas se prolonga na América Latina com diversas figuras, como o Sócrates de Caracas (Simón Rodríguez) na primeira metade do século XIX, e com Paulo Freire na segunda metade do século XX (RODRÍGUEZ, 2001; DURÁN; KOHAN, 2018; KOHAN, 2013). Nesse sentido, Paulo Freire recria uma tradição de heróis ético-filosóficos (FOUCAULT, 2011) que afirmam existencialmente uma forma de filosofia que consiste, basicamente, na problematização da própria vida, de fazer da vida um problema para a filosofia, ou seja, perguntar-se por que é preciso viver de uma maneira e não de outra.

Para dizer uma ideia semelhante com outras palavras, essa tradição nos faz pensar o que pode justificar um modo de vida, sendo que essa justificativa é ao mesmo tempo educacional, filosófica e política. Difícil dizer se figuras que fazem parte dessa linha, como Sócrates, Simón Rodríguez, Foucault, ou o próprio Paulo Freire são professores de filosofia, educadores filosóficos, filósofos em função pedagógica (KOHAN, 2019). Isso pouco importa. O que interessa é que a filosofia é inseparável de uma vida que impacta outras vidas, que se propõe a aprender e ensinar com outras vidas; que não há como ensinar filosofia fora de uma certa vida filosófica que o seu ensino abre para ser colocada como um problema digno de ser pensado.

c) a posição da infância

Finalmente, a infância. Na escrita e no sentido. Pensamos demasiadamente a educação como formação da infância. Até a filosofia costuma ser pensada assim quando ela é levada, com ousadia, até a infância cronológica, até as crianças (LIPMAN, 1988). A filosofia ajudaria a que as crianças transitassem pelo bom caminho do pensamento crítico, criativo e atencioso, que levaria os sujeitos do filosofar desde uma infância entendida como possibilidade a uma cidadania responsável, democrática. Contudo, Paulo Freire nos inspira

a pensar uma outra forma de relação educativa com a infância: a infância não é (apenas) educada, ela educa; a educação não tem a ver tanto com formar a infância para que ela possa alcançar o que ela não é; a educação diz respeito a cuidar do estado da infância, escutar essa forma de habitar o mundo, preservá-la ou recuperá-la quando a tivermos esquecido ou perdido...

A questão não diz respeito apenas às crianças com pouca idade, nem sequer aos alunos. Não se trata apenas da infância cronológica. Há uma infância-meninice esperando, escondida em cada educadora. Há também uma infância-meninice como possibilidade de uma escola, de uma educação, de uma cultura, de uma revolução. (FREIRE; FAUNDEZ, 2017/1985; KOHAN, 2019). Paulo Freire vive na própria pele, desde criança, a necessidade de revolucionar os modos de vida no Brasil e na América Latina. É algo que aprendeu muito bem quando menino, na vida difícil de Jaboaão dos Guararapes. As coisas bem aprendidas acompanham sempre na vida. Paulo Freire sempre afirma o valor das revoluções, particularmente em lugares do mundo onde existe tremenda exploração, como na África, América Latina. Também afirma que uma revolução sem infância é uma revolução que perde sua capacidade de criar, de se perguntar, se inquietar... ou seja, diz que a infância é uma condição de uma revolução que se orgulhe de estar sendo o que é. Isso também podemos pensar de uma professora, de uma escola, de uma educação: se ela se preocupasse apenas em formar meninos e meninas e se esquecesse de sua própria meninice, perderia sua capacidade de criar, de se perguntar, se inquietar. Também podemos dizer isso de um ensino de filosofia, para crianças, meninos e meninas, ou para pessoas de qualquer idade: esse ensino não poderia ele próprio perder sua meninice, se quer manter sua capacidade de criar, se perguntar e se inquietar.

O que nos faz pensar... Paulo Freire para o ensino de filosofia

Vivemos tempos um pouco estranhos no Brasil. O mais interessante e propício para a vida é negado enquanto se decreta a favor do que atenta contra a vida. É um desses momentos históricos em que a morte ameaça a vida. Já vai passar. A história está aberta. A vida é mais forte. O mundo nasce e começa de novo a cada vez.

A relação de Paulo Freire com a educação e a filosofia é polêmica, polissêmica, complexa. Não pretendemos aqui dar a última ou melhor palavra. Apenas sentimos a força de uma inspiração. Está claro que Paulo Freire não

foi um filósofo daqueles que ocupam um lugar na tradição nobre das ideias filosóficas, aquela que nasce na mesma Grécia que no presente texto mencionamos, com nomes geralmente varonis e europeus, com uma obra consagrada em relação ao que significa pensar e como fazê-lo filosoficamente.

Não. Paulo Freire não é um desses filósofos. Certamente, ele não se preocupava muito com isso. Curiosamente, quem se costuma colocar na infância, no início dessa tradição, inaugurando essa tradição, como Sócrates, também não o seria. Um dos nomes insatisfeitos com essa tradição, como M. Foucault (2011), tentou instaurar uma outra, na qual ele próprio se sentisse mais à vontade. É uma tradição na qual, como vimos, a figura do educador ou educadora não é tão facilmente dissociável do filósofo ou da filósofa. É também uma tradição em que a vida e como vivê-la de modo filosófico são uma questão central de sua filosofia. Essa tradição talvez seja mais acolhedora dos modos de fazer e viver a filosofia entre nós. Paulo Freire é uma das figuras que, quem sabe, encontre ali um lugar mais interessante para pensar e ser pensado. E para fazer pensar.

Retomamos nossa pergunta. O que nos faz pensar... Paulo Freire para o ensino de filosofia? A forma como colocamos a pergunta pode ser lida de muitas maneiras. Se considerássemos apenas a segunda parte, poderia até ser um slogan, como se candidatássemos Paulo Freire para alguma coisa relacionada ao ensino de filosofia. Confiamos nos leitores atentos, nas leitoras atentas. Certamente, aqui não se trata de slogans. Tentamos mostrar o mundo que se abre para pensar o ensino de filosofia quando se pensa com uma figura como Paulo Freire. Abrimos algumas ideias: a vida, a política, a infância. A vida como um problema para a filosofia que se ensina ou para os que ensinam com filosofia (FERRARO, 2018). Uma política aberta, sensível aos que habitam um mundo fora do mundo consagrado. Uma educação menina, ou um ensino infantil, feito menino, curioso, atento, inquieto. Há certamente muitas outras inspirações passíveis de uma conexão próxima daqui proposta.

O que nos faz pensar... Paulo Freire para o ensino de filosofia? Felizmente, a pergunta pervive, sobrevive, está mais viva do que nunca. Talvez a força de Paulo Freire tenha a ver justamente com isso: com ajudar-nos a manter vivas algumas perguntas. É afinal também a força da filosofia, de seu ensino, de uma vida filosófica. Quem sabe, eis o que faz de Paulo Freire uma figura profundamente perturbadora, mesmo já morto, para aqueles que se incomodam com uma pedagogia da pergunta, com uma educação que ensine a perguntar, como queria o educador de Pernambuco (FREIRE; FAUNDEZ, 2017/1985). Porque, para além de suas pedagogias, eis o seu legado primordial: uma

educação emancipadora é aquela que faz viver em outros e em si mesmo o valor e o sentido do perguntar. Como a filosofia. Talvez por isso, os que se sentem perturbados por Freire também se perturbam com a presença educativa da filosofia. Talvez também por isso hoje seja mais interessante que em qualquer outro momento atentar para a vida filosófica de Paulo Freire.

Espero que a presente escrita tenha sido sensível a essa força, a essa sensibilidade para fazer pensar, para manter vivo o pensamento, para, ainda ou sobretudo quando se quer mostrar a história como fechada, mostrar como ela está mais aberta do que nunca. O que nos faz pensar... Paulo Freire? Talvez, como nunca antes, seja importante terminarmos com uma pergunta.

Referências

- BOLSONARO, Jair. Plano de Governo. 2018. Disponível em: https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso 21/01/2019
- BRAYNER, Flávio. *Nós, que amávamos tanto a libertação*. Brasília: Uber livro, 2011.
- DURÁN, Maximiliano; KOHAN, Walter Omar. *Manifesto por uma escola filosófica popular*. Rio de Janeiro: NEFI, 2018.
- FERRARO, Giuseppe. *A escola dos sentimentos*. Rio de Janeiro: NEFI, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 21ª Ed. São Paulo: Paz e Terra: 2014/1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 55ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017/1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. O manuscrito. Projeto editorial, organização, Revisão e Textos introdutórios Jason Ferreira Mafra, José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti. São Paulo: Instituto Paulo Freire/UNINOVE/BT Acadêmica, 2018.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017/1985. 8ª edição.
- FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. *O caminho se faz caminhando*. Conversas sobre educação e mudança social. Organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters. Tradução de Vera Josceline e notas de Ana Maria Araújo Freire. Petrópolis, RJ: Vozes, 1ª reimpressão, 2018.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- KOHAN, Walter Omar. *Paulo Freire, mais do que nunca*. Uma biografia filosófica. São Paulo: Vestígio, 2019.

KOHAN, Walter Omar. *O mestre inventor*. Relatos de um viajante educador. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOHAN, Walter Omar. *Sócrates e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LIPMAN, Matthew. 1988. *Philosophy Goes to School*, Philadelphia: Temple University Press.

LYRA, Edgar: Autonomia e Autoria - ou Paulo Freire e os Alemães. In: Maurício Castanheira, João A. F. da Silva, Taís Silva Pereira (orgs.). *Coleção Chás - Erva Cidreira: Textos sobre produção do conhecimento, produção de material didático e outros ensaios*. Rio de Janeiro: PUBLIT, 2016, pp. 217-222.

NENHUM A MENOS. Direção: Zhang Yimou. Roteiro: Xiangsheng Shi. China: Cine Pipoca Cult, 1999. Disponível em: <http://www.cinepipocacult.com.br/2011/11/nenhum-menos.html>. Acesso em: 10 de julho de 2017.

PLATÃO. *Defesa de Sócrates*. tradução e notas de Marcos Sinésio e Fernando Santoro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ROCHA, Ronai. *Quando ninguém educa: questionando Paulo Freire*. São Paulo: Contexto, 2017.

RODRÍGUEZ, Simón. *Obras completas*. Caracas: Presidencia de la República Bolivariana de Venezuela, 2001.

SILVA, Carlos Roberto Gonçalves da; NASCIMENTO, Maria Célia do. A prática educativa no filme nenhum a menos e seu diálogo com o pensamento freireano. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, PB, v. 6, n. 3, 2017, p. 251-254.